



Fevereiro/2012



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público para provimento do cargo de Agente de Fiscalização Financeira Administração

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AA', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Valores ocidentais

1 Quando o discurso político alcança seu nível mais raso, os "valores ocidentais" aparecem. Normalmente, eles são utilizados para expor "aquilo pelo qual lutamos", aquilo que pretensamente faria a diferença e a superioridade moral de nossa forma de vida – esta que encontraria sua melhor realização no interior das sociedades democráticas liberais.

5 Nesse sentido, mesmo quando criticamos nossas sociedades ocidentais, não seríamos capazes de sair do horizonte normativo que define o conjunto de seus valores.

10 Pois se, por exemplo, criticamos a falta de liberdade e a injustiça social, seria sempre em nome de valores que ainda não se realizaram, mas a respeito dos quais nós, ocidentais, saberíamos, de antemão, seu sentido.

15 Para aqueles que impostam a voz na hora de falar em nome dos valores ocidentais, não há conflitos a respeito do que liberdade, justiça e autonomia significam.

20 Não passa pela cabeça deles que talvez estejamos diante de palavras que não têm conteúdo normativo específico, mas são algo como significantes vazios, disputados por interpretações divergentes próprias a uma sociedade marcada por antagonismos fundamentais.

25 Por isso, se há algo que determina o que há de mais importante na tradição ocidental é exatamente a ideia de que não temos clareza a respeito do que nossos valores significam. Pois o que nos leva a criticar aspectos fundamentais de nossa sociedade não é um déficit a propósito da realização de valores, mas um sentimento que Freud bem definiu como mal-estar, ou seja, um sofrimento indefinido que nos lembra a fragilidade de toda normatividade social extremamente prescritiva.

30 Isso talvez nos explique por que os gregos, estes que teriam inventado a democracia ocidental com seus valores, na verdade, legaram-nos apenas um valor fundamental: a suspeita de si.

35 Uma suspeita que se manifesta por meio da exigência de saber acolher o que nos é estranho, o que não porta mais nossa imagem, o que não tem mais a figura de nossa humanidade.

40 Quem leu as tragédias de Sófocles sabe como sua questão fundamental é o que ocorre quando a polis

não sabe mais acolher o que ainda não tem lugar no interior de nossas formas de vida.

50 Por outro lado, quando Ulisses, o herói de Homero, perdia-se em sua errância sem fim, suas palavras para os habitantes de outras terras eram sempre a exigência de abrigar o estrangeiro.

55 Por isso, o melhor que temos a fazer diante dos que sempre pregam os valores ocidentais é lembrá-los das palavras de Nietzsche: "Muitas vezes, é necessário saber se perder para poder encontrar-se".

(Vladimir Safatle. **Folha de S.Paulo**, opinião, terça-feira, 13 de dez. de 2011. p. 2)

1. O autor
 - (A) considera que a expressão "valores ocidentais", nas sociedades democráticas liberais, padece da indefinição inerente a uma forma de vida essencialmente caracterizada por forte oposição de ideias.
 - (B) junta-se aos que criticam a sociedade ocidental especialmente quanto à falta de liberdade e à injustiça social, atribuindo essas imperfeições ao próprio universo grego, falho de conceitos que garantissem a equidade de direitos.
 - (C) expõe que discursos políticos de pouca profundidade – os que normalmente exibem de maneira ostentatória os ideais de quem os profere, em voz impostada – tratam falaciosamente de conflitos.
 - (D) assinala que os valores ocidentais, fundadores das autênticas sociedades democráticas, são desrespeitados por políticos que desconhecem artistas e pensadores indispensáveis dessa mesma tradição.
 - (E) denuncia a incapacidade que a sociedade contemporânea revela de se fixar num horizonte normativo, pelo fato de estar baseada em equívocos conceituais que, desde os gregos, provocam mal-estar social.
2. Entende-se corretamente do texto:
 - (A) As teorias de Freud explicam que a insatisfação com o mundo em que vive é própria do ser humano, em nada dependendo do modo como se organizam as sociedades.
 - (B) O homem ocidental não encontra outro ponto de referência para avaliar sua forma de vida que não seja o delineado pelos valores, ainda que considerados no plano da idealidade, das democracias liberais.
 - (C) Suspeitar de si, ou seja, fazer mau juízo de si no que se refere à natureza dos instintos humanos, é a única herança que o povo heleno ofertou à modernidade.
 - (D) Os políticos manifestam alienação ao não compreenderem que o homem moderno não almeja a superioridade moral, exatamente por ser consciente de que não há forma de vida realmente democrática.
 - (E) A sociedade contemporânea desconhece o que sejam valores, em virtude de vivenciar com exclusividade a falta, isto é, a ausência do que lhe é necessário e desejável para a realização de um modo de vida que seria superior.



<p>3. Considere as assertivas a seguir.</p> <p>I. A sequência <i>Uma suspeita que se manifesta por meio da exigência de saber acolher o que nos é estranho, o que não porta mais nossa imagem, o que não tem mais a figura de nossa humanidade</i> acolhe estruturas que, do ponto de vista semântico, são equivalentes.</p> <p>II. Em um sentimento que Freud bem definiu como <i>mal-estar, ou seja, um sofrimento indefinido que nos lembra a fragilidade de toda normatividade social extremamente prescritiva</i>, o segmento introduzido por <i>ou seja</i> faz uma indicação mais acurada acerca da palavra que se acabou de apresentar, constituindo a ordem dos elementos conectados pela expressão uma questão de escolha, determinada pela direção que se quer dar ao encadeamento lógico das ideias.</p> <p>III. No processo de argumentação, as situações trazidas ao texto pela referência a Sófocles e pela referência a Ulisses representam circunstâncias contraditórias e igualmente insatisfatórias, o que motiva a referência final a Nietzsche, cujas palavras nenhuma conexão estabelecem com o que se tem tanto na primeira, quanto na segunda menção.</p> <p>O texto abona</p> <p>(A) I, apenas. (B) II, apenas. (C) II e III, apenas. (D) I e II, apenas. (E) I, II e III.</p>	<p>6. Isso talvez nos explique por que os gregos, estes que teriam inventado a democracia ocidental com seus valores, na verdade, legaram-nos apenas um valor fundamental: a suspeita de si.</p> <p>Considerada a frase acima, em seu contexto, o ÚNICO comentário que o texto NÃO legitima é o seguinte:</p> <p>(A) Isso remete ao que se expõe anteriormente na frase iniciada por <i>Por isso</i>. (B) A forma verbal <i>explique</i> é exigida por estar presente no enunciado uma ideia de possibilidade, não de certeza. (C) Na construção adotada no enunciado, o emprego da próclise pronominal – "nos legaram" – é legítimo. (D) A forma verbal <i>teriam inventado</i> exprime um fato suposto. (E) Está em conformidade com o padrão culto escrito esta redação alternativa à do segmento destacado: "o motivo dos gregos legarem-nos apenas um valor fundamental".</p>
<p>4. Afirma-se com correção:</p> <p>(A) (linhas 1 e 2) o emprego de <i>mais raso</i> evidencia que, para o autor, é da constituição do discurso político ser "raso". (B) (linha 2) as aspas em "<i>valores ocidentais</i>" sinalizam tanto que a expressão constitui uma citação, quanto que foi referida com ironia no discurso político. (C) (linha 3) ao detalhar "<i>aquilo pelo qual lutamos</i>", o autor esquivava-se a assumir o que é dito sobre a <i>diferença e a superioridade moral de nossa forma de vida</i>. (D) (linha 8) a expressão <i>Nesse sentido</i> orienta o leitor a entender o que segue como expressão de uma finalidade. (E) (linha 8) a expressão <i>mesmo quando</i> equivale a "em todas as oportunidades em que".</p>	<p>7. A afirmação correta é:</p> <p>(A) (linhas 31 e 32) Se Freud tivesse se referido a mais de um sentimento, o padrão culto escrito exigiria, no plural, a forma "os mal-estar". (B) (linha 14) a palavra <i>ainda</i> introduz mais um argumento a favor da conclusão desejada, como em "É necessário ainda observar a urgência dessa medida judicial". (C) (linhas 18 e 19) Em <i>não há conflitos a respeito do que liberdade, justiça e autonomia significam</i>, a substituição de <i>há</i> por "existe" mantém a correção da frase. (D) (linhas 44 e 45) Em <i>Quem leu as tragédias de Sófocles sabe como sua questão fundamental é o que ocorre quando a polis ...</i>, o pronome possessivo pode remeter tanto às <i>tragédias</i> quanto a <i>Sófocles</i>. (E) (linhas 53 e 54) Em <i>lembrá-los das palavras de Nietzsche</i>, o pronome empregado é exigido pela regência do verbo, não havendo possibilidade de o padrão culto aceitar outra formulação, como, por exemplo "lembrar a eles".</p>
<p>5. O segmento do texto que está adequadamente traduzido é:</p> <p>(A) <i>palavras que não têm conteúdo normativo específico / vocábulos que não adquiriram significado relevante no que se refere à prescrição de normas.</i> (B) <i>não é um déficit a propósito da realização de valores / não se trata daquilo que falta para completar a enumeração dos quesitos a serem observados.</i> (C) <i>o que não porta mais nossa imagem / aquilo que não tem mais analogia com o que somos.</i> (D) <i>quando a polis não sabe mais acolher o que ainda não tem lugar no interior de nossas formas de vida / quando os cidadãos ignoram aqueles que habitam outra cidade que não seja a sua.</i> (E) <i>perdia-se em sua errância sem fim / agia de forma temerária, sem atentar para os objetivos das suas ações.</i></p>	<p>8. Isso talvez nos explique por que os gregos, estes que teriam inventado a democracia ocidental com seus valores, na verdade, legaram-nos apenas um valor fundamental: a suspeita de si.</p> <p>O que se destaca na frase acima está grafado em conformidade com o padrão culto escrito, assim como o está o destacado em:</p> <p>(A) Cumprimentou-o efusivamente por que tem por ele grande carinho. (B) Vive me remedando, não sei bem o porque. (C) Porque você fez isso eu nem imagino. (D) Isso quer dizer exatamente o quê? (E) Em quê eu posso ajudá-lo?</p>



9. *Por isso, se há algo que determina o que há de mais importante na tradição ocidental é exatamente a ideia de que não temos clareza a respeito do que nossos valores significam.*

Considerada a frase acima, em seu contexto, outra redação para o segmento destacado, que mantém a correção e o sentido originais, é:

- (A) em havendo algo que determina o que há de mais importante na tradição ocidental, esse algo é precisamente a ideia.
- (B) dado que existe algo que determina o que há de mais importante na tradição ocidental será estritamente a ideia.
- (C) na dependência de haver algo determinante do que há de mais importante na tradição ocidental é bem a ideia.
- (D) à medida que existir algo que determina o que há de mais importante na tradição ocidental seria, em rigor, a ideia.
- (E) considerando algo a determinar o que há de mais importante na tradição ocidental, é na verdade a ideia.

10. *Pois se, por exemplo, criticamos a falta de liberdade e a injustiça social, seria sempre em nome de valores que ainda não se realizaram, mas a respeito dos quais nós, ocidentais, saberíamos, de antemão, seu sentido.*

Do ponto de vista da pontuação, o padrão culto escrito abonaria também, sem prejuízo do sentido original, a substituição proposta no seguinte segmento:

- (A) "Pois se por exemplo,".
- (B) "Pois se, por exemplo:".
- (C) "em nome de valores, que ainda não se realizaram,".
- (D) "saberíamos de antemão, seu sentido.".
- (E) "mas a respeito dos quais nós ocidentais saberíamos, de antemão, seu sentido.".

Atenção: As questões de números 11 a 14 referem-se ao texto que segue.

[...]

Não sei se V. Exa. Revma. é como eu. Eu gosto de contemplar o passado, de viver a vida que foi, de pensar nos homens que antes de nós, ou honraram a cadeira que V. Exa. Revma. ocupa, ou espreitaram, como eu, as vidas alheias. Outras vezes estendo o olhar pelo futuro adiante, e vejo o que há de ser esta boa cidade de S. Sebastião, um século mais tarde, quando o bonde for um veículo tão desacreditado como a gôndola, e o atual chapéu masculino uma simples reminiscência histórica.

Podia contar-lhe em duas ou três colunas o que vejo no futuro e o que revejo no passado; mas, além de que não quisera tomar o precioso tempo de V. Exa. Reverendíssima, tenho pressa de chegar ao ponto principal desta carta, com que abro a minha crônica.

E vou já a ele.

(Machado de Assis. **História de quinze dias**: crônicas. 1877, 1 de janeiro. IN **Obra completa**, v. III, Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962. p. 352-353)

11. O fragmento autoriza o seguinte comentário:

- (A) O pronome de tratamento, empregado em conformidade com o padrão culto escrito, evidencia que a carta com que se inicia a crônica é endereçada ao papa.
- (B) Antes da menção explícita a *a minha crônica*, nada há que possa sugerir a hipótese de que as palavras do missivista estivessem inscritas em veículo de circulação pública.
- (C) Dado que o dicionário registra adequadamente, no verbete **viver**, a acepção "1. ter vida, estar com vida", o modo como esse verbo foi empregado na carta constitui um pleonasma a ser evitado, pois esse emprego não apresenta nenhuma motivação.
- (D) O emprego de *mas* indica uma contraposição, sem que, entretanto, implique eliminação do primeiro dos dois segmentos que ele conecta, como o uso dessa palavra poderia acarretar.
- (E) Em *e o atual chapéu masculino uma simples reminiscência histórica*, o emprego de *simples* sinaliza que, numa escala hierárquica, esta *reminiscência histórica* está num nível bem pouco elevado.

12. Sobre a forma verbal indicada, é INCORRETO afirmar:

- (A) *honraram* / exprime ação completamente concluída.
- (B) *for* / indica um fato possível, considerado altamente provável.
- (C) *estendo* / enuncia um fato que ocorre exclusivamente no momento em que o missivista se expressa.
- (D) *vou* / marca um fato futuro, mas bastante próximo, como o confirma o emprego de *já*.
- (E) *podia* / está empregado com valor de futuro do pretérito.

13. É correto afirmar:

- (A) A substituição de *não quisera tomar o precioso tempo de V. Exa. Reverendíssima* por "*não quisera tomar à V. Exa. Reverendíssima o precioso tempo*" mantém a correção da frase.
- (B) Substituindo o segmento destacado em *vejo o que há de ser esta boa cidade de S. Sebastião* por "*as coisas que hão de ocorrer nesta boa cidade de S. Sebastião*", a correção original estará mantida.
- (C) Na expressão pelo futuro *adiante*, a substituição do termo destacado por um seu sinônimo produziria corretamente a forma "*pelo futuro a fora*".
- (D) O antônimo de *adiante* está corretamente grafado assim: "*atrás*".
- (E) Se fosse outra a formulação de *com que abro a minha crônica*, estaria correta assim: "*cujo início de minha crônica é com ela*".

14. ... com que abro a minha crônica.

Transpondo a frase acima para a voz passiva, a forma verbal encontrada é:

- (A) é aberta.
- (B) foi aberta.
- (C) havia sido aberta.
- (D) tinha aberto.
- (E) abriu-se.



15. A frase que respeita a ortografia é:
- (A) Antes de cochilar, era-lhe natural fazer um exame de consciência e reiterar a si próprio seu empenho em vencer a itemperança.
- (B) O desleixo com que passou a manuzear os objetos da coleção fez o respeitado colecionador optar pela despesa do já antigo colaborador.
- (C) O debate recrudescou, mas os mais bem-intencionados foram hábeis em dirimir as provocações, às vezes pungentes, das lideranças que se confrontavam.
- (D) Estava bastante ciente de que era à sua gulodice que podia creditar a desinteria que o abatera às vésperas do exótico casamento.
- (E) O poder descrionário dos ditadores, responsável por tantas atrocidades em tantas partes do mundo, é analisado na obra com um rigor admirável.
-
16. Está em conformidade com o padrão culto escrito a seguinte frase:
- (A) Eram tantos os salvo-condutos expedidos aleatoriamente, que eles intervieram para regulamentar a sua concessão.
- (B) No caso de ele propuser um abatimento no aluguel, o proprietário exigirá contrapartidas.
- (C) Combinamos todos que, assim que o vermos chegar, apresentaremos os abaixo-assinados que exigirão dele uma atitude digna.
- (D) O chefe tanto se incomodou com os bate-bocas na cozinha, que explodiu: – Deixem que eu fateio tudo isso sozinho!
- (E) Ele é que mantém o arquivo em ordem, como se fosse um sentinela sempre alerta.
-
17. A frase em que a regência está em conformidade com o padrão culto escrito é:
- (A) Em seu fingimento, só restou de que dissesse ao ex-sócio que sentia saudades dele.
- (B) Tudo isso considerado, é necessário fazer que ele sinta o peso da responsabilidade.
- (C) Em atenção por seu talento indiscutível, o pouparam as devidas multas.
- (D) Passou os documentos a mão do técnico e não os perdeu de vista até ao final da reunião.
- (E) Inconformado de que eles propalavam injúrias a seu respeito, decidiu denunciá-los.
-
18. A frase redigida em conformidade com o padrão culto escrito é:
- (A) A desobediência às regras prescritas acabaram provocando mais lesões na coluna, o que determinou a urgência da cirurgia e a necessidade do auxílio de mais especialistas.
- (B) Não sabia bem a que se devia, em todo aquele tumultuado processo, as múltiplas idas e vindas de documentos e pareceres técnicos, mas acompanhou-as pacientemente.
- (C) Considerou indiscernível, dado o avançado estágio de sua doença, os últimos manuscritos do autor, o que motivou que os remetesse a colega para nova avaliação.
- (D) Eram vários e bastante distintos os estudos acerca dessas produções populares, uma das quais, nas últimas semanas, vêm merecendo elogios e indicação para publicação.
- (E) Na concessão de bolsas de estudos oficiais, vimos que a maioria dos estudantes realmente não dispõe do mais ínfimo recurso, e isso foi uma das coisas que mais nos impressionaram.
-
19. *A contraposição dessa forma obsoleta de interpretar a nossa herança cultural, efetiva, veio através uma estudiosa brasileira com influente livro, onde se pode dizer que abriu caminho para novas contribuições do tema, relevantemente.*
- A falta de clareza e de correção da frase acima está devidamente reparada em:
- (A) Foi estudiosa brasileira que escreveu livro influente a responsável pela contraposição efetiva dessa forma interpretativa de nossa herança cultural, obsoleta, de que se pode dizer que foram abertos caminhos para novas contribuições do tema, o que é relevante.
- (B) Sendo forma de interpretar a nossa herança cultural obsoleta recebeu contraposição efetivamente, vindo através de estudiosa brasileira e seu influente livro, que se pode dizer abriu caminho a novas contribuições para o tema relevante.
- (C) A nossa herança cultural pela interpretação obsoleta teve efetivamente sua contraposição por meio de influente livro de uma estudiosa brasileira, com que se diz que abriu caminho para novas contribuições ao tema, sendo relevante.
- (D) A efetiva contraposição a essa forma obsoleta de interpretar a nossa herança cultural veio de uma estudiosa brasileira em influente livro, do qual se pode dizer que abriu caminho a novas e relevantes contribuições para o tema.
- (E) O influente livro pelas mãos de uma estudiosa brasileira realizou efetiva contraposição a essa forma de interpretar a nossa herança cultural, que, por ser obsoleta, foi efetiva, abrindo caminhos trilhados por novas e relevantes contribuições para o tema.
-
20. A redação clara e correta é:
- (A) Discutia ao mínimo motivo que ela podia dar, gerando ambiente de discórdia que deixava os filhos tensos temendo por desenrolar da briga, que causasse mais problemas do que eles tinham.
- (B) Concomitantemente à indicação dos finalistas e à decisão de como seria composto o júri que presidiria à última fase da seleção, revelou-se a identidade do patrocinador que havia desejado permanecer incógnito até quase o fim do concurso.
- (C) Do sucesso anteriormente conhecido, próprio de recém-lançados pela gravadora, conheceu dias menos gloriosos devido o fato de seu estilo musical ser saturado e pela invasão de produções estrangeiras também.
- (D) Aquilo que se imaginava extinto não desapareceu logo, por isso fazendo a revisão dos fatos é que se viu a permanência indesejada, que mereceu tanta crítica propondo ação imediata de aniquilamento.
- (E) No capítulo descrevendo a cena histórica da destituição do presidente, tem-se os acontecimentos e os resultados a curto e longo prazo, que definiram não só a sucessão, porém o destino do país igualmente.

**Raciocínio Lógico**

21. A sequência D é obtida com a seguinte regra: exceto o primeiro termo, que é escolhido aleatoriamente, todos os outros são obtidos com este cálculo: o dobro do termo anterior menos dois. A sequência T é obtida com a seguinte regra: exceto o primeiro termo, que é escolhido aleatoriamente, todos os outros são obtidos com este cálculo: o triplo do termo anterior menos três. Suponha a sequência T e a sequência D ambas com o primeiro termo igual a 3. A diferença entre o 5º termo de T e o 5º termo de D é

- (A) 90.
- (B) 94.
- (C) 97.
- (D) 105.
- (E) 112.

22. Um homem e uma mulher estão postados de costas um para o outro. O homem voltado para o SUL e a mulher para o NORTE. A mulher caminha 5 metros para o NORTE, gira e caminha 10 metros para o OESTE, gira e caminha 15 metros para o SUL, gira e caminha 20 metros para o LESTE. O homem caminha 10 metros para o SUL, gira e caminha 20 metros para o LESTE, gira e caminha 30 metros para o NORTE, gira e caminha 40 metros para o OESTE. A partir dessas informações, a distância entre a reta que representa a trajetória LESTE, da mulher, e a reta que representa a trajetória OESTE, do homem, é, em metros, igual a

- (A) 10.
- (B) 20.
- (C) 30.
- (D) 35.
- (E) 40.

23. O robô A percorre um segmento de reta com medida par, em metros, em 20 segundos cada metro; um segmento de reta com medida ímpar, em metros, é percorrido em 30 segundos cada metro. O robô B percorre em 20 segundos cada metro os segmentos de medida ímpar, em metros. Os segmentos de medida par, em metros, o robô B percorre em 30 segundos.

Um percurso com segmentos de reta de 2 metros, 3 metros, 4 metros, 7 metros, 4 metros e 3 metros será percorrido pelo robô mais rápido, neste percurso, com uma vantagem, em segundos, igual a

- (A) 20.
- (B) 30.
- (C) 40.
- (D) 50.
- (E) 60.

24. *Todos os jogadores são rápidos.*

Jorge é rápido.

Jorge é estudante.

Nenhum jogador é estudante.

Supondo as frases verdadeiras pode-se afirmar que

- (A) a intersecção entre o conjunto dos jogadores e o conjunto dos rápidos é vazia.
- (B) a intersecção entre o conjunto dos estudantes e o conjunto dos jogadores não é vazia.
- (C) Jorge pertence ao conjunto dos jogadores e dos rápidos.
- (D) Jorge não pertence à intersecção entre os conjuntos dos estudantes e o conjunto dos rápidos.
- (E) Jorge não pertence à intersecção entre os conjuntos dos jogadores e o conjunto dos rápidos.

25. Não há torcedor juventino que não seja também ou torcedor santista ou torcedor palmeirense ou torcedor santista e palmeirense. Se o indivíduo não for torcedor juventino, ou é apenas torcedor santista ou é apenas torcedor palmeirense. É sabido que em cada grupo descrito há 30 torcedores. O número total de torcedores relacionados neste relato é

- (A) 30.
- (B) 60.
- (C) 90.
- (D) 120.
- (E) 150.

26. Se a tinta é de boa qualidade então a pintura melhora a aparência do ambiente. Se o pintor é um bom pintor até usando tinta ruim a aparência do ambiente melhora. O ambiente foi pintado. A aparência do ambiente melhorou. Então, a partir dessas afirmações, é verdade que:

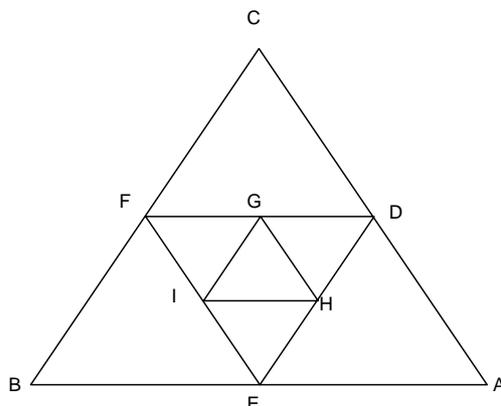
- (A) O pintor era um bom pintor ou a tinta era de boa qualidade.
- (B) O pintor era um bom pintor e a tinta era ruim.
- (C) A tinta não era de boa qualidade.
- (D) A tinta era de boa qualidade e o pintor não era bom pintor.
- (E) Bons pintores não usam tinta ruim.

27. Em uma sala de espera estão 364 mulheres e 200 homens. Ao fim de cada 10 minutos passados há sempre 8 mulheres a menos do que havia antes, dos últimos 10 minutos. E ao fim de cada 8 minutos há sempre 10 homens a mais do que havia antes dos últimos 8 minutos. O tempo necessário para que o número de homens e mulheres seja igual, nessa sala de espera, é

- (A) 50 minutos.
- (B) 1 hora.
- (C) 1 hora e 10 minutos.
- (D) 1 hora e 15 minutos.
- (E) 1 hora e 20 minutos.



28. Na figura, o segmento AB mede 20 m e o ponto E situa-se exatamente na metade dessa distância. O segmento BC mede 20 m e o ponto F situa-se exatamente na metade dessa distância. O segmento AC mede 20 m e o ponto D situa-se exatamente na metade dessa distância. O segmento DE mede 10 m e o ponto H situa-se exatamente na metade dessa distância. O segmento EF mede 10 m e o ponto I situa-se exatamente na metade dessa distância. O segmento DF mede 10 m e o ponto G situa-se exatamente na metade dessa distância. Os segmentos GH, HI e GI apresentam a mesma medida e é 5 m. A distância percorrida por um caminhante que caminha sobre os lados da figura seguindo uma única vez o percurso sugerido pelas letras ABCDEFGHI é, em metros,



- (A) 85.
- (B) 90.
- (C) 95.
- (D) 100.
- (E) 105.

29. Observe as seqüências de letras obtidas com uma mesma ideia.

- I. A; B; D; G; K; P.
- II. B; C; E; H; L; Q.
- III. C; D; F; I; M; R.
- IV. D; E; ___; J; ___; S.

Utilizando a mesma ideia, a seqüência IV. deverá ser completada, respectivamente, com as letras

- (A) F e K.
- (B) G e O.
- (C) G e N.
- (D) O e Q.
- (E) R e U.

30. O sábio sabe que nem tudo sabe. O tolo sabe menos do que o sábio sabe. Então, a partir dessas afirmações, é verdade que

- (A) Os tolos nada sabem.
- (B) Alguns tolos sabem mais do que todos os sábios.
- (C) O tolo sabe tudo o que sabe.
- (D) O tolo pode saber que nem tudo sabe.
- (E) O sábio não sabe o que o tolo sabe.

Informática

31. Sobre os computadores é correto afirmar:

- (A) O BIOS é um *software* armazenado em um *chip* de memória RAM fixado na placa mãe. Tem a função de armazenar o Sistema Operacional.
- (B) A fonte de alimentação transforma a tensão elétrica que entra no computador, de 240 V para 110 V, pois os componentes internos suportam apenas a tensão de 110 V.
- (C) Barramentos são circuitos integrados que fazem a transmissão física de dados de um dispositivo a outro.
- (D) Quando o sistema de fornecimento de energia falha, um estabilizador comum tem como principal objetivo manter o abastecimento por meio de sua bateria até que a energia volte ou o computador seja desligado.
- (E) Um bit representa um sinal elétrico de exatos 5 V que é interpretado pelos componentes de *hardware* do computador.



32. O Sistema Operacional

- (A) é o *software* responsável pelo gerenciamento, funcionamento e execução de todos os programas.
- (B) é um *software* da categoria dos aplicativos, utilizado para a criação de textos, planilhas de cálculo, desenhos etc.
- (C) apesar de gerenciar a leitura e a gravação de arquivos, delega a função de localização de programas nas unidades de discos a *softwares* utilitários de terceiros.
- (D) *Linux* é um *software* proprietário, já o *Windows*, é o *software* livre mais utilizado nos computadores pessoais atualmente.
- (E) não está relacionado à evolução das CPUs, pois independem de componentes de *hardware*, já que são executados em um computador virtual (*virtual machine*).

33. A planilha a seguir foi criada no *Microsoft Excel 2007*, em português.

	A	B
1	Valor do bem	Comissão
2	R\$ 120.000,00	R\$ 2.800,00
3	R\$ 900.000,00	R\$ 45.000,00
4	R\$ 280.000,00	R\$ 7.500,00
5	R\$ 200.000,00	R\$ 5.000,00
6	Total de Comissão	R\$ 52.500,00

A função digitada na célula B6 para somar as comissões para valores de bens acima de R\$ 200.000,00 é

- (A) =SOMASE(A2:A5;">200000";B2:B5)
- (B) =SE(A2:A5;">200000";B2:B5)
- (C) =SE(A2:A5>200000;B2+B5)
- (D) =SOMASE(A2>200000;B2=B2+)
- (E) =SOMA(A2:A5;">200000";B2:B5)

34. Sobre as operações disponíveis no *Microsoft Excel 2007* é correto afirmar:

- (A) A filtragem de informações em uma planilha possibilita encontrar valores rapidamente. É possível filtrar apenas uma coluna de dados em toda a planilha.
- (B) Para mudar o local onde o gráfico será posicionado, basta clicar com o botão direito na área do gráfico e selecionar a opção Formatar Eixo.
- (C) Dados que estejam organizados somente em uma coluna ou linha em uma planilha podem ser representados em um gráfico de pizza. Os gráficos de pizza mostram o tamanho de itens em uma série de dados, proporcional à soma dos itens.
- (D) Para aplicar a formatação condicional que usa uma escala de cores para diferenciar valores altos, médios e baixos, na guia Página Inicial, no grupo Estilos, clica-se na seta abaixo de Formatar e, em seguida, em Realçar Regras das Células.
- (E) Para salvar uma planilha com senha, na caixa de diálogo Salvar Como, seleciona-se a opção Ferramentas e, em seguida, a opção Criptografia.

35. A planilha a seguir foi criada no *Microsoft Excel 2007*, em português.

	A	B	C	D
1	Nome	Usuário	Servidor	E-mail
2	Ana	anapaula	ig.com.br	anapaula@ig.com.br
3	Pedro	pepiro	uol.com.br	pepiro@uol.com.br
4	João	jjunior	globo.com	jjunior@globo.com

Na célula D2 foi utilizada uma operação para agrupar o conteúdo da célula B2 com o caractere @ (arroba) e com o conteúdo da célula C2. Em seguida a operação foi arrastada até a célula D4. A operação digitada foi

- (A) =CONC(B2&"@"&C2)
- (B) =B2&"@"&C2
- (C) =B2\$@"\$C2
- (D) =SOMA(B2+"@"+C2)
- (E) =B2+"@"+C2



36. No *Microsoft Word 2007*, é possível formatar e dar a um documento inteiro uma aparência profissional e moderna. O recurso que possui um conjunto de opções de formatação, cores, fontes e também um conjunto de efeitos é chamado de
- (A) Estilo Rápido.
 - (B) Tema.
 - (C) Hipertexto.
 - (D) Sumários.
 - (E) Automação e Programação.
-
37. No *Microsoft Word 2007*, o comando utilizado para comunicar que o documento que será compartilhado é uma versão concluída de um arquivo, evitando dessa forma que revisores ou leitores façam alterações acidentais no documento é chamado de
- (A) Gerenciar Revisão.
 - (B) Compartilhamento Protegido.
 - (C) Bloquear Revisão.
 - (D) Marcar como Final.
 - (E) Assistente de Compartilhamento.
-
38. No *Microsoft Word 2007*, as margens da página são o espaço em branco em volta das bordas da página. Para assegurar que o texto não seja ocultado em caso de encadernação do documento, é possível utilizar na configuração do *layout* de página uma opção que adiciona espaço extra à margem lateral ou superior de um documento, chamada de margem de
- (A) brochura.
 - (B) medianiz.
 - (C) espaçamento.
 - (D) recuo.
 - (E) encadernação.
-
39. O processador do computador (ou CPU) é uma das partes principais do *hardware* do computador e é responsável pelos cálculos, execução de tarefas e processamento de dados. Sobre processadores, considere:
- I. Contém um conjunto restrito de células de memória chamados registradores que podem ser lidos e escritos muito mais rapidamente que em outros dispositivos de memória.
 - II. Em relação a sua arquitetura, se destacam os modelos RISC (*Reduced Instruction Set Computer*) e CISC (*Complex Instruction Set Computer*).
 - III. Possuem um *clock* interno de sincronização que define a velocidade com que o processamento ocorre. Essa velocidade é medida em Hertz.
- Está correto o que se afirma em
- (A) III, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
40. O armazenamento de informações em computadores é feito pela utilização de dispositivos chamados de memória, que as mantêm de forma volátil ou permanente. Entre esses dispositivos, está a memória RAM ou memória
- (A) magnética.
 - (B) secundária.
 - (C) cache.
 - (D) principal.
 - (E) de armazenamento em massa.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

41. O Departamento de Estradas de Rodagem – DER, autarquia estadual, contratou a execução de obras de ampliação de uma rodovia e, no curso da execução do contrato, constatou a imprescindibilidade de alteração do projeto para melhor adequação técnica. Diante dessa situação, o DER
- (A) somente pode alterar o contrato com a concordância do contratado e desde que não importe majoração do valor inicial atualizado.
 - (B) pode alterar o contrato, unilateralmente, com as devidas justificativas, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato caso a alteração aumente os encargos do contratado.
 - (C) não pode alterar o contrato, em face da vinculação ao Edital, estando autorizado a rescindi-lo, unilateralmente, e promover nova licitação com adequação do objeto.
 - (D) pode alterar o contrato, unilateralmente, desde que a alteração não implique acréscimo de mais de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
 - (E) pode alterar o contrato, até o limite de 25% do valor inicial atualizado, desde que conte com a concordância do contratado.
-
42. O Estado instaurou procedimento licitatório para contratação de obra de grande vulto, consistente na construção de um túnel para desassoreamento do Rio Pinheiros, que envolve alta complexidade técnica. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a licitação poderá contemplar exigência de
- (A) apresentação da relação dos compromissos do licitante que importem diminuição de sua capacidade operativa, calculada em função do seu faturamento.
 - (B) garantia de execução contratual, limitada a 20% do objeto contratual, além da qualificação técnica, com apresentação de atestados de execução de serviços da mesma complexidade, com limitação de prazo e local.
 - (C) metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.
 - (D) capacitação econômico-financeira, mediante apresentação de índices de liquidez, rentabilidade e faturamento, compatíveis com o valor do objeto licitado.
 - (E) pré-qualificação, para fins de aferição de capacidade econômico-financeira dos licitantes, desde que a modalidade adotada não seja a concorrência.
-
43. Uma sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos pretende alienar participação societária minoritária que adquiriu em empresa privada (ações). De acordo com a Lei nº 8.666/93,
- (A) está dispensada de avaliação prévia e de procedimento licitatório, desde que conte com autorização legislativa específica para a alienação.
 - (B) deverá obter autorização legislativa, realizar avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.
 - (C) deverá promover avaliação prévia, sendo inexigível o procedimento licitatório em função do regime privado a que se submete a empresa alienante.
 - (D) deverá promover avaliação prévia e poderá dispensar o procedimento licitatório na hipótese de alienar as ações em bolsa, observada a legislação específica.
 - (E) está obrigada a obter autorização legislativa e realizar licitação na modalidade concorrência.
-
44. Considere a seguinte situação hipotética: no último quadrimestre de 2010, o Poder Executivo Estadual atingiu 96% do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para comprometimento da receita corrente líquida com despesas de pessoal, comprometendo, assim, 47,04% da sua receita corrente líquida com despesas dessa natureza. Diante dessa situação, encontra-se
- (A) impedido de promover alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa, inclusive para as empresas dependentes de recursos do Tesouro.
 - (B) impedido de receber transferências voluntárias de outros entes e de contratar operações de crédito.
 - (C) obrigado a promover a extinção de cargos e funções ou a redução temporária da jornada de trabalho de servidores com a adequação dos vencimentos.
 - (D) obrigado a reduzir esse percentual em 1/3, no quadrimestre subsequente, mediante desligamento de ocupantes de cargos de livre provimento.
 - (E) impedido de contratar pessoal, a qualquer título, exceto para reposições decorrentes de aposentadoria e falecimento exclusivamente nas áreas de saúde e segurança.
-
45. De acordo com a Constituição Federal, a prestação de serviço público por particular é
- (A) vedada, em qualquer hipótese.
 - (B) permitida, apenas quando se tratar de serviço não essencial, passível de cobrança de tarifa.
 - (C) possível, apenas para aqueles serviços de titularidade não exclusiva de Estado.
 - (D) vedada, exceto quando contar com autorização legislativa específica.
 - (E) permitida, na forma da lei, mediante concessão ou permissão, precedida de licitação.

**Direito Constitucional**

46. Ao analisar as contas anuais da Câmara de Vereadores de determinado Município com pouco mais de 36.000 habitantes, o Tribunal de Contas competente efetuou as seguintes constatações:
- *foi atendido o percentual determinado pela Constituição da República, em relação a gastos com folha de pagamento;*
 - *a remuneração dos agentes políticos processou-se regularmente.*

Nessa hipótese, é possível concluir que o órgão legislativo do Município em questão

- (A) não gastou mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio dos Vereadores, fixado em parcela única mensal e de valor correspondente a, no máximo, trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - (B) teve uma despesa total, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não superior a cinco por cento do somatório da receita tributária própria e das transferências tributárias devidas ao Município.
 - (C) não gastou mais de trinta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio dos Vereadores, fixado em parcela única mensal e de valor correspondente a, no máximo, quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - (D) teve uma despesa total, incluídos os subsídios dos Vereadores e gastos com inativos, não superior a sete por cento do somatório da receita tributária própria e das transferências tributárias devidas ao Município.
 - (E) não gastou mais de cinquenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio dos Vereadores, fixado em parcela única mensal e de valor correspondente a, no máximo, cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
-
47. A Lei federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, contempla as seguintes previsões:
- *É instituído, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de natureza contábil;*
 - *Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita, dentre outras que especifica: imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos; parcela do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente a imóveis situados nos Municípios; parcela do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados devida aos Estados e ao Distrito Federal;*
 - *A União complementarará os recursos dos Fundos sempre que, no âmbito de cada Estado e no Distrito Federal, o valor médio ponderado por aluno, calculado na forma do Anexo da referida Lei, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;*
 - *Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública e poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária.*

A esse respeito, considere as seguintes afirmações:

- I. A instituição de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal atende a determinação de norma inserida na Constituição da República.
- II. A receita proveniente de parcela do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente a imóveis situados nos Municípios, não deveria integrar os Fundos, por ausência de autorização constitucional.
- III. A complementação de recursos dos Fundos, pela União, sempre que o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, não poderá incluir a utilização de recursos provenientes da arrecadação da contribuição social do salário-educação.
- IV. A previsão constante da lei, de aplicação dos recursos dos Fundos por Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento, é contrária à Constituição da República, que determina que sejam aplicados, prioritariamente, em ensino fundamental.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.



48. Ao analisar as contas de determinado Município relativas ao exercício de 2011, o órgão técnico do Tribunal de Contas competente fez a seguinte análise, relativamente à aplicação de recursos nas ações e serviços públicos de saúde:
- o Município aplicou recursos da ordem de 12,7% de sua receita para esse fim;
 - o cálculo do percentual considerou como base o produto da arrecadação dos impostos do Município, além das receitas provenientes da arrecadação de impostos federais e estaduais pertencentes ao Município, por determinação constitucional, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e produtos industrializados que integram o Fundo de Participação dos Municípios e do percentual que o Estado entrega ao Município da receita que lhe é destinada pela União da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados;
 - o Município não aplicou o mínimo exigido da receita municipal nas ações e serviços públicos de saúde.

Nesse caso,

- (A) o produto da arrecadação dos impostos do Município deveria ter sido a base considerada para o fim de cálculo do percentual da receita municipal aplicado em ações e serviços públicos de saúde.
- (B) as receitas provenientes da arrecadação de impostos federais e estaduais pertencentes ao Município, por determinação constitucional, não deveriam ter sido consideradas para o fim de cálculo do percentual da receita municipal aplicado em ações e serviços públicos de saúde.
- (C) os recursos provenientes dos impostos sobre renda e produtos industrializados que integram o Fundo de Participação dos Municípios não deveriam ter sido considerados para o fim de cálculo do percentual da receita municipal aplicado em ações e serviços públicos de saúde.
- (D) a conclusão do órgão técnico sobre a não aplicação do mínimo exigido da receita municipal nas ações e serviços públicos de saúde é improcedente, na medida em que a Constituição da República fixa em 12% da receita o percentual em questão.
- (E) os apontamentos efetuados pelo órgão técnico do Tribunal, relativamente à aplicação de recursos do Município nas ações e serviços públicos de saúde, são compatíveis com a disciplina constitucional da matéria.

49. Considere os seguintes dispositivos da Lei Complementar federal nº 108, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar:

Art. 5º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas o aporte de recursos a entidades de previdência privada de caráter complementar, salvo na condição de patrocinador.

Art. 19. A diretoria-executiva é o órgão responsável pela administração da entidade, em conformidade com a política de administração traçada pelo conselho deliberativo.

Art. 20. Os membros da diretoria-executiva deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

- I. comprovada experiência no exercício de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;
- II. não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- III. não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público; e
- IV. ter formação de nível superior.

Art. 26. As entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos subordinam-se, no que couber, às disposições desta Lei Complementar, na forma estabelecida pelo órgão regulador e fiscalizador.

É compatível com a disciplina constitucional da matéria o que se prevê

- (A) em todos os artigos transcritos.
- (B) nos artigos 5º, 19 e 20, mas não no artigo 26, porque a Constituição estabelece que a lei deva dar às entidades patrocinadas por empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos tratamento diferente do dispensado às patrocinadas por entidades públicas.
- (C) nos artigos 5º, 19 e 26, mas não no artigo 20, porque à lei não é dado estabelecer os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada, o que deve estar previsto em seus atos constitutivos.
- (D) nos artigos 5º, 20 e 26, mas não no artigo 19, porque a Constituição refere-se apenas à existência de órgãos deliberativos na estrutura organizacional das entidades fechadas de previdência privada, e não de órgãos de direção executiva.
- (E) nos artigos 19, 20 e 26, mas não no artigo 5º, porque a Constituição permite o aporte de recursos pelas entidades públicas não apenas na qualidade de patrocinadoras, desde que assim autorizem os órgãos deliberativos das entidades de previdência complementar.



50. Em junho de 2008, um órgão da Administração direta estadual homologou resultado de concurso para o preenchimento de 100 cargos de seu quadro efetivo, tendo sido aprovados e classificados, no total, 70 candidatos, dos quais 50 foram convocados para assumir os cargos respectivos. O prazo de validade do concurso, inicialmente de 2 anos, foi prorrogado por igual período, na época oportuna. A Administração pretende, até o fim do primeiro semestre de 2012, preencher as vagas remanescentes.

Nessa hipótese, considerada a disciplina constitucional da matéria, a Administração

- (A) estará impedida de realizar novo concurso, durante o prazo de validade do concurso anterior, já que ainda há candidatos aprovados a serem convocados para assumir cargos.
- (B) deverá, desde logo, realizar novo concurso para o preenchimento das 50 vagas remanescentes, desconsiderando os candidatos aprovados e não convocados do concurso anterior, já que não os há em número suficiente para o fim pretendido.
- (C) deverá promover a responsabilização da autoridade competente para a convocação dos candidatos aprovados, por não ter adotado as providências necessárias ao preenchimento de todos os cargos vagos durante o prazo de validade do concurso.
- (D) poderá, desde logo, realizar novo concurso para o preenchimento das vagas remanescentes, devendo, contudo, assegurar prioridade aos aprovados no concurso anterior sobre os novos concursados, para a atribuição dos cargos em questão.
- (E) poderá realizar novo concurso para o preenchimento das vagas remanescentes a qualquer momento, não estando obrigada a convocar os aprovados no concurso anterior para assumir os cargos respectivos.

Constituição do Estado de São Paulo

51. João e Maria, servidores públicos titulares de cargo efetivo do Estado, são casados e residentes em Município da Região Metropolitana de São Paulo, sendo ele lotado no Município de residência do casal e ela, na Capital. João pretende candidatar-se, nas próximas eleições locais, a Vereador. Nessa hipótese, se eleito, João

- (A) será afastado de seu cargo, embora possa optar por sua remuneração, sendo o tempo de serviço computado para todos os efeitos legais, ao passo que Maria terá assegurado direito de remoção para igual cargo ou função, no lugar de residência do casal.
- (B) será inamovível e, se houver compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, assegurando-se a Maria direito de remoção para igual cargo ou função, no lugar de residência do casal, se houver vaga.
- (C) perderá o cargo que ocupa na Administração estadual, mas Maria terá assegurado o direito de remoção para igual cargo ou função, no lugar de residência do casal, se houver vaga.
- (D) perderá o cargo que ocupa na Administração estadual, não tendo Maria direito de remoção para igual cargo ou função, no lugar de residência do casal, diante da perda de vínculo de João com o Estado.
- (E) ficará afastado de seu cargo, embora o tempo de serviço seja computado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento, não tendo Maria, contudo, direito de remoção para igual cargo que ocupe, no lugar de residência do casal, durante a vigência do mandato de João.

52. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina da matéria relativa a obras e serviços públicos na Constituição do Estado de São Paulo:

- I. As licitações de obras e serviços públicos deverão ser precedidas da indicação do local onde serão executados e do respectivo projeto técnico completo, em cuja elaboração deverão ser atendidas as exigências de proteção do patrimônio histórico-cultural e do meio ambiente.
- II. Deverão ser publicados, com a periodicidade necessária, os preços médios de mercado de bens e serviços, os quais servirão de base para as licitações realizadas pela administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público.
- III. É vedada à administração pública direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, a contratação de serviços e obras de empresas que não atendam às normas relativas à saúde e segurança no trabalho.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.



53. A Constituição do Estado de São Paulo estabelece que a lei orçamentária anual
- (A) compreende o orçamento da verba necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes dos precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, a serem consignados diretamente ao Poder Judiciário, ressalvados os créditos de natureza alimentícia e as obrigações definidas em lei como de pequeno valor.
 - (B) impõe ao Governador do Estado o envio à Assembleia Legislativa, até o dia 15 de agosto de cada ano, da proposta orçamentária para o exercício subsequente, observados os princípios contidos no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias respectiva.
 - (C) contém as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (D) define as metas e prioridades da administração pública estadual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
 - (E) não pode conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na proibição eventual autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

54. A Constituição do Estado de São Paulo estabelece, para autarquias, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, a obrigatoriedade de:
- I. que todo dirigente efetue declaração pública de bens, no prazo de trinta dias após a sua posse e depois de seu desligamento da entidade.
 - II. eleição de um Diretor Representante e de um Conselho de Representantes, pelos servidores e empregados públicos, cabendo à lei definir os limites de sua competência e atuação.
 - III. constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA – e, quando assim o exigirem suas atividades, Comissão de Controle Ambiental, visando à proteção da vida, do meio ambiente e das condições de trabalho dos seus servidores, na forma da lei.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 - (B) I, apenas.
 - (C) II, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) II e III, apenas.
55. Ao analisar procedimento licitatório e contrato deste decorrente, realizados por entidade da Administração indireta estadual, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo decide julgar irregulares a licitação e o contrato em exame, por ofensa aos princípios da legitimidade e economicidade, encaminhando cópias de peças dos autos:
- à entidade em questão, para que informe ao Tribunal, em 60 dias, sobre as providências adotadas para apuração de responsabilidades; e
 - à Assembleia Legislativa, comunicando-a acerca da irregularidade constatada, para conhecimento e adoção das providências julgadas cabíveis.

Nessa hipótese, o Tribunal de Contas do Estado teria

- (A) extrapolado suas competências constitucionais, ao fixar prazo para que entidade da Administração adote providências, comunicando o Tribunal a esse respeito.
- (B) deixado de exercer competência que lhe atribui a Constituição estadual para sustar a execução de ato considerado ilegal, ao encaminhar o assunto à deliberação da Assembleia Legislativa.
- (C) agido em conformidade com as competências que lhe são atribuídas pela Constituição do Estado de São Paulo.
- (D) analisado o mérito do ato, quanto à sua conveniência, ao perquirir sobre sua legitimidade, o que lhe é vedado pela Constituição estadual.
- (E) invadido questão de competência interna da Administração, ao determinar que se apurem responsabilidades pelas irregularidades constatadas, o que lhe é vedado pela Constituição estadual.



Gestão Pública

56. O conceito de estado moderno, ao contrário dos conceitos de sociedade e mercado, fundamenta-se
- (A) na associação voluntária dos indivíduos.
 - (B) na hierarquia social dos grupos sociais.
 - (C) no monopólio da coerção legalmente exercida.
 - (D) em consensos contingentes baseados nas preferências individuais.
 - (E) na subordinação resultante da competição no mercado político.

57. Com relação à definição dos conceitos de eficiência e eficácia na gestão pública, considere as afirmativas a seguir:

- I. Eficiência é uma medida normativa do alcance dos resultados.
- II. Eficácia é uma medida normativa da utilização dos recursos nesse processo.
- III. A eficiência é uma relação entre custos e benefícios.
- IV. Quando o gestor se preocupa em verificar se as coisas estão sendo realizadas da forma mais racional possível, ele está focando a eficiência das ações.
- V. Quando o gestor se preocupa em verificar se as coisas bem feitas são as que realmente deveriam ser feitas ele está avaliando a eficácia da ação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II, III e V.
- (D) II e V.
- (E) I, II, III e IV.

58. A principal prática para a garantia de resultados adequados no processo de contratualização no âmbito da administração pública, é

- (A) a definição de um sistema de comando e controle centralizado.
- (B) o estabelecimento de um ambiente competitivo descentralizado.
- (C) a pactuação de metas de desempenho entre os parceiros.
- (D) a redução de níveis hierárquicos e autonomia orçamentária.
- (E) a delegação de autoridade para a definição de resultados pelo parceiro não governamental.

59. Uma das diretrizes centrais para a melhoria de processos é a organização enxuta, que se refere

- (A) à capacidade do time gerencial de traduzir os requerimentos dos clientes em uma política concreta e objetiva, com metas claras e comunicáveis.
- (B) ao alinhamento dos processos internos da organização com a ideia de um nível zero de insatisfação dos clientes.
- (C) à prática da engenharia simultânea ou outros métodos para o desenvolvimento de novos produtos de forma rápida e consistente.
- (D) à estrutura de interação entre times e áreas, que deve ser estabelecida para minimizar redundâncias e capacidade administrativa requerida pelas operações.
- (E) à abordagem que garante eficiência, precisão e facilidade na operação e manutenção, além de disponibilidade de máquinas, equipamentos e sistemas.

Políticas Públicas

60. Em relação ao consórcio público no Brasil, considere as afirmativas a seguir:

- I. Adquire personalidade jurídica de direito privado e de direito público e, nesta situação (direito público), integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- II. Podem contratar operações de crédito, desde que representem, no máximo, 30% dos recursos recebidos dos entes consorciados.
- III. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão de responsabilidade dos entes federados que forem os titulares dos respectivos serviços.
- IV. Podem emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou, no caso de específica autorização, serviços ou bens de ente da Federação consorciado.
- V. Não está sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.



61. Com relação às diferenças entre federalismo e descentralização, considere as afirmativas a seguir:

- I. Em um sistema político unitário e descentralizado, o poder é difuso e não pode ser legitimamente centralizado ou concentrado sem romper a estrutura e o espírito da Constituição.
- II. As federações funcionam como uma matriz de governos com poderes distribuídos de tal forma que a ordenação dos governos não é fixa.
- III. Descentralização implica a existência de uma autoridade central, um governo central que pode descentralizar ou centralizar segundo suas necessidades.
- IV. Em todos estados federados, cantões, governos estaduais ou províncias são criaturas do governo federal, que derivam sua autoridade diretamente do nível de governo constitucionalmente superior.
- V. Funcionalmente, cantões, governos estaduais ou províncias, partilham muitas atividades com o governo federal, sem perder seus papéis de formulação de políticas e seus poderes decisórios.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e V.
- (B) II, III e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, III, IV e V.

62. OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é uma organização

- (A) pública voltada para a promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse complementar.
- (B) social especializada exclusivamente na defesa, preservação, conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.
- (C) privada cuja função é única e exclusiva de atender aos interesses do seu grupo fundador, ou administrador, como os sindicatos, as cooperativas, as associações de seguro mútuo etc.
- (D) da sociedade civil formada espontaneamente para a execução de certo tipo de atividade de interesse público, mas que não é reconhecida em nosso ordenamento jurídico.
- (E) jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham as finalidades determinadas pelo Estado.

63. O acordo de cooperação para o fomento e a execução de uma ou mais das atividades de interesse público previstas em Lei, firmado entre a entidade qualificada como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e o Poder Público denomina-se

- (A) licitação pública.
- (B) termo de parceria.
- (C) contrato social.
- (D) convênio social.
- (E) termo de convênio.

Noções de Direito Financeiro e Orçamentário

64. A receita proveniente de recursos recebidos por doação de empresa classificada como sociedade de economia mista, destinada a custear obra pública de conservação de patrimônio histórico de natureza pública classifica-se legalmente como

- (A) receita corrente.
- (B) transferência de capital.
- (C) receita de capital.
- (D) operação de crédito.
- (E) superávit do orçamento corrente.

65. Determinado Estado-membro pretende conceder, através de lei, isenção de imposto de sua competência, pelo período de três meses, a partir de junho de 2012, para as indústrias automobilísticas instaladas em seu território e que empreguem mais de mil funcionários.

Esta medida,

- (A) está fora do campo de competência do Estado-membro, por caracterizar renúncia de receita.
- (B) somente terá cabimento se houver previsão no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, sem embargo de ter sido previamente autorizada pela lei orçamentária anual, por se tratar de renúncia de receita vinculada.
- (C) por ser forma de renúncia de receita, pressupõe, em qualquer situação, que esteja acompanhada de medidas de compensação no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, por meio de aumento de receita por majoração de outro tributo.
- (D) caracteriza-se como renúncia de receita e, como tal, deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, além de atender a outros requisitos legais.
- (E) não se caracteriza como renúncia de receita, pelo fato de não se tratar de isenção em caráter geral, hipótese legalmente considerada renúncia de receita.



66. Sobre despesa total com pessoal, considere os itens a seguir:

- I. Se o Poder Executivo exceder a 95% do limite da despesa total com pessoal serão restabelecidos os limites através da demissão imediata de servidores efetivos.
- II. Haverá vedação de criação de cargo, emprego ou função pública para Poder que exceder a 65% do limite da despesa total com pessoal.
- III. É possível a contratação de hora extra na convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo Presidente da República, em caso de urgência ou interesse público relevante, ainda que o Poder Legislativo esteja excedendo a 95% do limite da despesa total com pessoal.
- IV. Enquanto perdurar o excesso com despesa total de pessoal o ente não poderá receber transferências voluntárias, mas não fica impedido de obter garantia, direta ou indireta, de outro ente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) I e IV.

67. Considerando as fases de processamento da despesa pública, após o empenho haverá a fase de

- (A) pagamento.
- (B) licitação.
- (C) ordem de pagamento.
- (D) liquidação.
- (E) reserva de dotação.

Noções de Execução Orçamentária e Financeira

68. Em 30/11/X10, uma determinada prefeitura empenhou despesa com material de consumo no valor de R\$ 10.000,00, mas até o final do exercício a despesa não havia sido liquidada. Todavia, no dia 30/01/X11, o fornecedor entregou a mercadoria conforme havia contratado com a prefeitura. Considerando que o empenho da despesa NÃO foi anulado em X10, o ordenador de despesa deveria

- (A) solicitar a reversão do registro da inscrição de restos a pagar não processados ao setor de contabilidade.
- (B) solicitar a inscrição de restos a pagar não processados em 30/01/X11 e, em seguida, emitir a ordem de pagamento ao credor.
- (C) empenhar e liquidar despesa com material de consumo e, posteriormente, emitir a ordem de pagamento ao credor.
- (D) empenhar e liquidar despesa de exercícios anteriores no orçamento de X11 e, posteriormente, emitir a ordem de pagamento ao credor.
- (E) solicitar a liquidação de restos a pagar não processados e, posteriormente, emitir a ordem de pagamento ao credor.

69. Em relação ao processo de execução orçamentária, considere:

- I. A emissão da nota de empenho é dispensada no caso das despesas cujo montante exato não possa ser determinado.
- II. O Ministério Público promoverá a limitação de pagamento de despesas liquidadas quando a realização da receita não comportar o cumprimento das metas de resultado primário.
- III. A entrega de numerário a servidor, no regime de adiantamento, sempre deve ser precedida de empenho na dotação própria com o fim de realizar despesas.
- IV. A execução de despesas decorrentes de estado de calamidade pública e não fixadas no orçamento devem ser precedidas da abertura de créditos extraordinários.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, III e IV.

70. No caso de um município que NÃO faça a previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de sua competência, os outros entes federativos estão vedados de realizar a transferência de receitas

- (A) do fundo de participação de municípios.
- (B) decorrente de celebração de convênios.
- (C) da quota parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.
- (D) da quota parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.
- (E) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

71. A assinatura de um contrato de serviços de consultoria deve ser registrado, contabilmente, com o uso de contas de

- (A) Controles Devedores e Controles Credores.
- (B) Passivos e Variações Diminutivas.
- (C) Ativos e Passivos.
- (D) Controles Credores e Variações Diminutivas.
- (E) Controles da Execução do Orçamento e Variações Patrimoniais.

**Administração Financeira e Orçamentária**

72. Sobre o ciclo orçamentário, é correto afirmar:
- (A) A iniciativa da proposta de lei orçamentária é do titular do Poder. Assim, o projeto de lei orçamentária anual do Poder Executivo do Estado é de competência do Governador e o projeto de lei orçamentária anual do Poder Judiciário é do Presidente do Tribunal de Justiça.
 - (B) Todos os projetos de lei relacionados a orçamento devem ser apresentados conjuntamente, ou seja, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, de orçamento anual e, quando for o caso, de plano plurianual, devem ser apresentados na mesma oportunidade ao Poder Legislativo, para discussão e votação.
 - (C) A sessão legislativa não será encerrada enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias, o mesmo não acontecendo em relação à lei orçamentária anual que, caso não seja aprovada até o final do exercício financeiro, terá os recursos sem despesas vinculadas aplicados mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legal.
 - (D) O projeto de lei orçamentária anual não depende de sanção ou veto pelo Chefe do Poder Executivo, sendo diretamente promulgada pelas Mesas do Congresso Nacional.
 - (E) A execução do orçamento é fiscalizada, no plano do controle interno, pelo Poder Legislativo com auxílio do Tribunal de Contas, que tem o dever de julgar todas as contas realizadas pelos Poderes e órgãos.
73. A classificação das receitas públicas quanto à sua categoria econômica
- (A) traduz-se em classificação doutrinária, utilizada para distinguir a fonte da receita, se originária ou derivada.
 - (B) não tem previsão legal ou doutrinária, essa classificação de receita atende apenas à finalidade econômica, ou seja, se ordinária ou extraordinária.
 - (C) vem prevista constitucionalmente como receita originária ou receita derivada, de acordo com a categoria econômica que a gera.
 - (D) foi revogada pela Lei de Responsabilidade Fiscal que levava em conta apenas o titular da receita.
 - (E) é a classificação legal adotada no Brasil, distinguindo as receitas em Correntes e de Capital.
74. A Constituição Federal determina que o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária. No que tange às receitas, o elemento integrante deste relatório que especifica, por categoria econômica, as receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem assim a previsão atualizada, é denominado
- (A) balanço orçamentário.
 - (B) balanço financeiro.
 - (C) balanço patrimonial.
 - (D) anexo de meta fiscal.
 - (E) demonstrativo de execução das receitas e das despesas.

75. Receitas e despesas com saúde e assistência social devem estar previstas no orçamento anual. Sobre o orçamento anual é correto afirmar que:
- (A) também conhecido como orçamento fiscal, é elaborado em texto único, com todas as receitas e despesas, de toda e qualquer natureza, de todos os Poderes e órgãos da administração direta e indireta, razão pela qual as receitas e despesas com saúde e assistência estarão inseridas neste orçamento.
 - (B) como parte integrante do orçamento anual existe o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações mantidos pelo Poder Público, devendo trazer as receitas e despesas com previdência, assistência e saúde.
 - (C) as receitas e despesas com saúde e assistência devem ser inseridas no orçamento de investimento, que integra a lei de diretrizes orçamentárias e orienta a elaboração do orçamento anual.
 - (D) como o orçamento anual está inserido na lei de diretrizes orçamentárias, as receitas e despesas com saúde e assistência devem estar inseridos neste orçamento, como forma de atender ao princípio da unidade orçamentária.
 - (E) o orçamento anual é regido pelos princípios da unidade e da exclusividade, devendo trazer apenas previsão acerca de receitas e despesas, sem qualquer matéria alheia a estes assuntos, podendo incluir receitas e despesas com assistência e saúde em capítulo reservado à seguridade social.

Legislação Específica

76. Ao analisar procedimentos licitatórios realizados pela Prefeitura de um Município paulista na modalidade de convite e contratos destes decorrentes, visando à contratação de serviços de assessoria na área educacional, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) identificou as seguintes falhas: "fracionamento do objeto, uma vez que a soma dos contratos ensejaria a realização de licitação na modalidade de tomada de preços; ausência da fonte de pesquisa que embasou o orçamento estimativo; falta de prévia pesquisa de preços capaz de permitir a aferição da compatibilidade dos preços contratados com os praticados no mercado, e a contratação de empresa que explora atividade econômica incompatível com o objeto licitado" (TC-008100/026/07, TC-008102/026/07 e TC-008103/026/07, trânsito em julgado em 29/7/2011).
- Nesse caso, diante do que dispõe a Lei Orgânica do TCE-SP, é possível concluir que as licitações e contratos em questão foram julgados
- (A) regulares com ressalva, dado que as impropriedades constatadas têm natureza de faltas formais, dando-se quitação ao responsável.
 - (B) regulares com ressalva, ficando a quitação ao responsável sujeita à confirmação da adoção de providências de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.
 - (C) irregulares, por infração a normas regulamentares e dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo, possuindo a decisão natureza terminativa.
 - (D) irregulares, por infração a normas legais, podendo ser aplicada ao responsável multa no valor de até 2.000 UFESP, independentemente da existência de débito.
 - (E) irregulares, por infração a normas legais, podendo haver aplicação de multa ao responsável, apenas na hipótese de restar comprovado débito decorrente de dano ao erário.



77. A dívida pública fundada
- (A) deve ter prazo de amortização inferior a 12 (doze) meses e como destino o refinanciamento da dívida mobiliária.
 - (B) é representada por títulos de dívida pública emitidos pela União, Estados e Municípios.
 - (C) inclui o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras assumidas por ente federado, em virtude de operação de crédito, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.
 - (D) engloba as despesas totais com pessoal que excedem a 75% dos limites legais e são pagas mediante operação de crédito por antecipação de receita.
 - (E) integra os restos a pagar, desde que tenham sido processados e não pagos até o final do exercício financeiro.
-
78. Sobre a transferência voluntária, é correto afirmar:
- (A) Um Estado-membro poderá ser beneficiário de transferência voluntária da União, decorrente de convênio para custear serviço de saúde do Sistema Único de Saúde.
 - (B) A transferência de 50% da receita que o Estado-membro repassa aos Municípios, proveniente do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, é elencada na Lei de Responsabilidade Fiscal como transferência voluntária.
 - (C) Se o Município mantém convênio com o Estado-membro para receber transferência voluntária, a título de cooperação, é necessário que comprove estar ultrapassando os limites das dívidas consolidada e mobiliária.
 - (D) O ente beneficiário com transferência voluntária tem que comprovar, dentre outros requisitos, que se acha em dia com os pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor.
 - (E) A única possibilidade de aplicação de receita proveniente de transferência voluntária em finalidade diversa da pactuada é para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista do ente beneficiário.
-
79. Determinado órgão da Administração estadual celebrou, após regular procedimento licitatório, contrato de prestação de serviços de vigilância. Aproximando-se do prazo final do contrato, com base na Lei nº 8.666/93, o órgão
- (A) está obrigado a instaurar novo procedimento licitatório, eis que os contratos administrativos não admitem prorrogação, limitando-se ao prazo compatível com a dotação orçamentária que lhes dá suporte.
 - (B) poderá prorrogar o contrato, eis que os contratos administrativos admitem prorrogação, independentemente da natureza do serviço, até o máximo de 12 meses e desde que assegurada dotação orçamentária.
 - (C) está obrigado a instaurar novo procedimento licitatório, exceto se comprovar que a interrupção do serviço causará prejuízo ao serviço público, situação em que, assegurado o suporte orçamentário, poderá prorrogar o contrato pelo prazo máximo de 12 meses.
 - (D) poderá prorrogar o contrato, excepcionalmente, até o limite de 6 meses, se comprovar que o preço contratado situa-se abaixo dos praticados no mercado e que não haverá tempo hábil para realização de nova licitação.
 - (E) poderá prorrogar o contrato, desde que caracterizado que se trata de serviços a serem executados de forma contínua, até o máximo de 60 meses e, excepcionalmente, por mais 12 meses.
-
80. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, a atuação de funcionários públicos na administração de sociedades comerciais é
- (A) permitida, exceto, apenas, se a sociedade tiver objeto relacionado com a atividade da repartição ou serviço em que o servidor esteja lotado.
 - (B) permitida, exceto, apenas, se a sociedade mantiver relações comerciais com o Governo do Estado.
 - (C) permitida, exceto, apenas, se a sociedade for subvencionada pelo Governo do Estado.
 - (D) permitida, em se tratando de sociedade em que o Estado seja acionista, bem como em cooperativas e associações de classe.
 - (E) vedada, exceto quando se trate de empresa controlada ou subvencionada pelo Governo do Estado.